

Predicados de gosto pessoal e requisito de experiência: argumentos a favor de uma unificação

Predicates of personal taste and acquaintance requirement:
arguments for a unified analysis

Marina Nishimoto Marques*
Renato Miguel Basso[†]

Resumo

Este *squib* analisa se predicados de gosto pessoal (PGPs), como *gostoso* e *divertido*, devem ser agrupados com adjetivos estéticos, morais e epistêmicos numa mesma classe de “adjetivos subjetivos” no português brasileiro (PB). O principal obstáculo a essa unificação é o chamado “requisito de experiência”, a inferência de que o falante deve ter tido contato direto com o objeto caracterizado, que é comumente associado a PGPs. A partir de dados do PB em diferentes contextos sintático-semânticos, argumentamos que essa inferência depende mais da estrutura linguística do que do adjetivo em si. Mostramos que PGPs e demais adjetivos subjetivos apresentam comportamentos sintático-semânticos semelhantes no PB, o que sustenta sua unificação em uma única classe. Ao propor uma análise mais coesa do fenômeno, este estudo contribui para os estudos semânticos sobre subjetividade.

Palavras-chave: predicados de gosto pessoal, adjetivos, semântica

Abstract

This squib examines whether predicates of personal taste (PPTs), such as *gostoso* ('tasty') and *divertido* ('fun'), should be grouped with aesthetic, moral, and epistemic adjectives within a single class of “subjective adjectives”. The main challenge to this unification is the so-called “acquaintance requirement,” the inference that the speaker must have had direct contact with the entity being described, commonly associated with PPTs. Based on data from Brazilian Portuguese (BP) across different syntactic and semantic contexts, we argue that this inference has more to do with linguistic structure than with the adjective itself. We show that PPTs and other subjective adjectives display similar syntactic-semantic behavior in BP, supporting their inclusion in a unified category. This analysis contributes to semantic studies on subjectivity by offering a more integrated account of the phenomenon.

Keywords: predicates of personal taste, adjectives, semantics

*Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. E-mail: mnmarques94@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5632-2170>.

[†]Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. E-mail: rmbasso@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2580-0365>.

Os autores agradecem imensamente Elisabete Ferreira pela leitura cuidadosa e por várias sugestões que em muito melhoraram a argumentação e a organização do texto.

1 Introdução

Predicados de gosto pessoal (PGPs) são predicados que denotam características que se relacionam, como o próprio nome sugere, ao gosto pessoal de algum indivíduo. Esses itens foram primeiramente analisados de modo sistemático por Lasersohn (2005), que trouxe como exemplos prototípicos dessa categoria os adjetivos do inglês *fun* ('divertido') e *tasty* ('saboroso' ou 'gostoso'). Uma característica definidora dessa classe de predicados é que eles geram *faultless disagreement*, um tipo de desacordo no qual, ainda que um falante negue diretamente o que o outro diz, temos a impressão de que ambos estão proferindo sentenças verdadeiras, como ocorre em (1):

- (1) Ana: A série *The office* é divertida.
Beatriz: Não, a série *The office* não é divertida.

Vale lembrar que desacordos nos quais um falante nega diretamente o que o outro diz, quando se referem a uma propriedade objetiva, como *federal*, não geram esse fenômeno. No diálogo em (2), por exemplo, não é possível que tanto Ana quanto Beatriz estejam proferindo sentenças verdadeiras — alguma deve estar, necessariamente, equivocada:

- (2) Ana: A UFSCar é federal.
Beatriz: Não, a UFSCar não é federal.

Além de predicados que falam sobre o gosto pessoal de um indivíduo, outros tipos de adjetivo, que se referem a valores estéticos (como *bonito*), morais (como *ético*) e epistêmicos (como *provável*), por exemplo, também geram esse tipo de desacordo, como podemos ver nos exemplos de (3) a (5), respectivamente:

- (3) Ana: *Guernica* é bonito.
Beatriz: Não, *Guernica* não é bonito.
- (4) Ana: O rei é ético.
Beatriz: Não, o rei não é ético.
- (5) Ana: A vitória do Chile é provável.
Beatriz: Não, a vitória do Chile não é provável.

Tanto predicados de gosto pessoal quanto adjetivos estéticos, morais e epistêmicos geram o *faultless disagreement* porque sua interpretação depende da relativização a um ponto de vista, ou seja, eles são dependentes de perspectiva. Segundo Marques (2024), o comportamento linguístico desses quatro tipos de predicado é similar o suficiente para juntá-los na mesma categoria — a categoria dos “adjetivos subjetivos”.

No entanto, não é consenso na literatura que predicados de gosto pessoal tenham um comportamento semântico similar ao de adjetivos estéticos, morais e epistêmicos. Isso ocorre porque, segundo alguns autores, os PGPs apresentam algo que é chamado na literatura de “requisito de experiência” (Pearson, 2013; Bylinina, 2014; Ninan, 2014; entre outros). O requisito de experiência é a propriedade segundo a qual os PGPs, quando usados para julgar uma determinada entidade, trazem a inferência de que o falante (ou o indivíduo que julga) teve experiência sensorial direta com o objeto (entidade ou referente) que ele caracteriza. Segundo essa caracterização dos PGPs, uma sentença

como (6) só pode ser proferida com felicidade caso o falante tenha tido a experiência (pessoal ou subjetiva) relevante para caracterizar o objeto com o predicado *gostoso* — no caso, que o falante tenha efetivamente comido sushi:

- (6) Sushi é gostoso.

O fato de os PGPs apresentarem o requisito de experiência pode ser um argumento contra uma teoria que unifique o tratamento entre esses itens e outros adjetivos que expressam julgamento a partir de um ponto de vista, como é o caso dos adjetivos estéticos, morais e epistêmicos, já que esses últimos não apresentam esse requisito para serem usados com felicidade. De fato, McNally e Stojanovic (2017) argumentam contra uma unificação das classes dos PGPs e dos adjetivos estéticos, e Stojanovic (2019) argumenta contra uma unificação das classes dos PGPs e dos adjetivos morais, com base justamente no requisito de experiência que, segundo esses trabalhos, é propriedade exclusiva dos PGPs.

Assim, neste *squib*, nosso objetivo é responder às seguintes perguntas: (a) o requisito de experiência existe?; (b) se ele existir, ele é, de fato, uma propriedade exclusiva dos PGPs?; e, por fim, (c) se esse for o caso, isso é suficiente para argumentar contra a postulação da classe dos adjetivos subjetivos? Para responder a essas questões, vamos olhar para o uso dos PGPs (e demais adjetivos subjetivos) nos seguintes ambientes: (i) em posição atributiva (cf. (7a)); (ii) encaixados no verbo *achar*, na posição de [AP] na estrutura [*achar* [DP] [AP]] (cf. (7b)); (iii) modificados por um PP que introduz um indivíduo que julga a sentença (cf. (7c)); e (iv) encaixados em verbos de percepção (cf. (7d)):

- (7) a. Esse pão é/está gostoso.
b. Eu acho esse pão gostoso.
c. Esse pão é gostoso para mim.
d. Esse pão parece gostoso para mim.

Esses ambientes sintático-semânticos permitem controlar e avaliar as dinâmicas e inferências dos PGPs, além de fornecer meios idênticos para uma comparação sistemática entres eles, diante do seguinte raciocínio: se os candidatos a PGPs se comportam do mesmo modo nesses ambientes, e se os PGPs tradicionais (i.e., os de gosto, como *divertido* e *gostoso*) também se comportam desse modo, logo, temos uma evidência de que são todos PGPs. Sendo assim, na sequência deste *squib*, analisaremos diferentes tipos de adjetivos subjetivos nos ambientes de (i)-(iv) comparando seus comportamentos, e nas considerações finais apresentaremos os resultados alcançados.

2 *Esse filme é está divertido: uso de adjetivos subjetivos em posição atributiva*

Pearson (2013) e Ninan (2014), entre outros, observam que, no inglês, para proferir uma sentença como (8a), o falante precisa ter tido a experiência sensorial relevante (no caso, ter comido o bolo) para atribuir o predicado de gosto ao objeto caracterizado. Caso o falante não tenha tido essa experiência, seria esperado que ele proferisse algo nas linhas de (8b), usando um modalizador, e não (8a):

- (8) a. This cake is tasty.
'Esse bolo é/está gostoso.'
- b. This cake must be tasty.
'Esse bolo deve ser/estar gostoso.'

No entanto, em PB, percebemos que não é necessário que o falante tenha comido o bolo para proferir uma sentença como aquela em (9):

- (9) Esse pão é gostoso.

Na verdade, o falante pode proferir uma sentença contendo um PGP em posição atributiva ainda que tenha evidência indireta para o seu proferimento, como podemos ver nos diálogos em (10) e (11):

- (10) Chico: O pão dessa loja é gostoso.
Rosinha: Você já comeu?
Chico: Eu nunca comi, mas o Hiro me disse que é gostoso.
- (11) Magali: Essa bolacha é gostosa, vamos comprar.
Mônica: Você já comeu?
Magali: Não, mas olha os ingredientes: chocolate e coco.
Não tem como não ser gostosa.

No exemplo em (10), Chico afirma que o pão de determinada loja é gostoso mesmo sem ter comido, com base em uma fala reportada de seu amigo. Em (11), Magali afirma que determinada bolacha é gostosa por saber quais ingredientes vão nela, mas sem tê-la experimentado de fato. Em nenhum desses exemplos o falante teve a experiência de consumir o objeto caracterizado, mas isso não o impede de caracterizá-lo com um PGP.

Em relação a isso, Marques (2018) observa que, no português brasileiro, não é o PGP em si que gera a inferência de que o falante teve experiência direta com o objeto caracterizado, mas a estrutura em que ele se encontra. No caso de PGPs que são usados em posição atributiva, por exemplo, há uma diferença na interpretação de sentenças que usam o verbo de cópula *ser* e a interpretação daquelas que usam o verbo de cópula *estar*. Nos exemplos em (10) e (11), vimos que a combinação do PGP com o verbo *ser* não gera, necessariamente, a inferência de que o falante teve experiência com o objeto caracterizado. No entanto, quando combinamos o PGP com o verbo *estar*, a experiência com o objeto caracterizado é necessária para que a sentença seja proferida com felicidade (cf. Silvagni, 2022). Podemos observar isso no contraste entre as sentenças em (12) e (13):

- (12) (Contexto: Magali aponta para um pacote de bolachas fechado)
Magali: #Essa bolacha está gostosa.
- (13) (Contexto: Magali aponta para um pacote de bolachas fechado)
Magali: Essa bolacha é gostosa.

A sentença é infeliz em (12) porque não é possível que Magali tenha comido uma das bolachas do pacote, já que o pacote está fechado, e isso viola o requisito de experiência da estrutura “*estar* + PGP”. No entanto, em (13), a sentença não só é aceitável como sequer é necessário que Magali tenha comido aquele tipo específico de bolacha antes de proferi-la, pois ela pode fazer essa afirmação com base em informações dadas a ela por terceiros, por exemplo.

Vemos, então, que é possível que o falante negue ter experiência direta com o objeto caracterizado pelo PGP quando ele atribui o PGP ao objeto usando o verbo *ser*, mas não quando ele o faz usando o verbo *estar*. Isso indica que a inferência relacionada ao falante ter tido experiência direta com o objeto não é dada só pelo PGP, mas também pela estrutura em que ele se encontra.

Em suma, o requisito de experiência pode aparecer, sim, no uso dos PGPs em posição atributiva. Entretanto, ele não aparece todas as vezes e parece estar associado não apenas ao adjetivo, mas também ao verbo de cópula com o qual ele está combinado. Essa observação é um argumento contra a separação entre PGPs e outros adjetivos subjetivos baseada unicamente no requisito de experiência, já que esse requisito não aparece sempre que um PGP é utilizado. Da mesma forma, o uso de adjetivos estéticos, morais e epistêmicos na posição atributiva também não gera nenhuma inferência de que o falante teve experiência com aquilo que ele proferiu, como podemos observar nos exemplos (14) a (16):

- (14) Ana: Eu gostaria de ver o quadro *As meninas*, do Velásquez.
 Beatriz: Ah, esse quadro é bonito.
 Ana: Você já viu?
 Beatriz: Não, mas minha prima já viu e disse que é lindo.
- (15) Ana: O João é antiético.
 Beatriz: Como você sabe?
 Ana: Ouvi dizer.
- (16) Ana: Eu não apostaria no Chile. A vitória do Chile é improvável.
 Beatriz: Como você sabe?
 Ana: Foi o que o João me falou.

Em estruturas como as que vimos acima, (14)-(16), o uso de *estar* como cópula também gera o requisito de experiência. Assim, para proferir uma sentença como *O João está antiético*, o falante deve ter algum tipo de experiência sobre o comportamento do João. Se isso estiver correto, é mais um argumento a favor de que não é apenas o adjetivo que gera tal requerimento, mas sim a estrutura linguística na qual ele aparece.

3 *Eu acho esse filme divertido: a estrutura [achar [DP] [AP]]*

Passemos agora a analisar estruturas como a do exemplo (7b), *Eu acho esse pão gostoso*. Trata-se de uma outra estrutura do PB que também gera a inferência de que o falante teve experiência direta com o objeto caracterizado pelo PGP, a estrutura [achar [DP] [AP]], ilustrada novamente em (17):

- (17) Eu acho *O fabuloso destino de Amélie Poulain* divertido.

Marques (2018) observa que essa estrutura gera a inferência de que o falante teve experiência direta com o objeto que ele caracteriza. Para ilustrar esse caso, olhemos para o contraste entre as sentenças em (18):

- (18) a. Eu acho *O fabuloso destino de Amélie Poulain* divertido, #mas nunca vi.
b. Eu acho que *O fabuloso destino de Amélie Poulain* é divertido, mas nunca vi.

Só é possível que o falante negue ter tido experiência com o filme na sentença (18b), que traz um [CP] encaixado no verbo *achar*. Por outro lado, quando usamos a construção [*achar* [DP] [AP]], como em (18a), não é possível que o falante negue ter visto o filme.

É interessante notar que o contraste entre as interpretações das estruturas [*achar* [CP]] e [*achar* [DP] [AP]] existe com outros adjetivos subjetivos também, como ilustrado nos exemplos de (19) e (20).

- (19) a. Eu acho *O Abaporu* bonito.
b. Eu acho que *O Abaporu* é bonito.
- (20) a. Eu acho esse professor antiético.
b. Eu acho que esse professor é antiético.

Em (19), o contraste é bastante parecido com aquele que encontramos em (18). Assim, em (19a), o falante precisa ter visto a pintura para que ele possa proferir a sentença, ou seu proferimento será infeliz, enquanto em (19b), não é necessário que o falante tenha visto o quadro, e ele pode estar fazendo sua asserção com base em informações de terceiros.

Quando consideramos (20), esse contraste também existe e também tem relação com o nível de experiência que o falante tem com o professor. A sentença em (20a) sugere que o falante tenha tido uma experiência mais direta com o professor — tenha tido aulas com ele, ou tenha levado um golpe dele, por exemplo. Enquanto isso, a sentença em (20b) pode ser proferida por um falante que apenas ouviu falar que o professor é antiético, ou por um falante que tenha apenas visto as roupas que o professor usa e julgue que apenas pessoas antiéticas usam roupas daquele tipo, por exemplo. Ainda que seja mais complexo delimitar “experiência” para (20) do que para (19) ou (18), há de fato um contraste entre (20a) e (20b) que pode ser feito levando em conta um contato mais direto com o alvo do julgamento.

As interpretações das sentenças em (19) e (20) sugerem que o contraste entre as estruturas [*achar* [CP]] e [*achar* [DP] [AP]] não se deve ao fato de que esta última estrutura gera o requisito de experiência, enquanto a outra não, mas que esse contraste tem relação com a força da evidência que o falante tem para fazer o seu julgamento. A evidência da qual o falante dispõe é mais forte quando ele usa a estrutura [*achar* [DP] [AP]], e mais fraca quando usa [*achar* [CP]]. Como Gunlogson e Carlson (2016) observam, no caso dos PGP, a evidência mais forte que um falante pode ter na atribuição do predicado ao objeto caracterizado é a experiência sensorial direta com esse objeto e, portanto, ao ouvir (17), inferimos que o falante viu *O fabuloso destino de Amélie Poulain* (e essa inferência pode ser confundida com um requisito de experiência semanticamente gerado). No caso do proferimento de (20a), no entanto, não temos a leitura de que o falante teve

experiência sensorial direta com o professor, mas inferimos, semelhantemente, que o falante tem evidências mais fortes para esse proferimento do que aquelas ele tem quando profere (20b).

Dessa forma, argumentamos que há diferença de comportamento entre o PGP *divertido* e demais adjetivos subjetivos como *bonito* e *antiético* na estrutura [*achar* [DP] [AP]] em relação ao tipo de inferência gerada. Temos, então, mais um argumento contra a separação dos PGPs e dos demais adjetivos subjetivos em classes distintas.

4 *Esse filme é divertido para mim: uso do PP-juiz*

A seguir, vamos olhar para estruturas como a do exemplo (7c), *Esse pão é gostoso para mim*, e como ele pode contribuir para a discussão do requisito de experiência. Segundo Bylinina (2016), em inglês, nem todos os adjetivos subjetivos podem ser combinados com um PP que explicita o juiz da sentença, como podemos ver nos exemplos abaixo (Bylinina, 2016, p. 293):

- (21) a. This book is interesting for/to me.
'Esse livro é interessante para mim.'
- b. ??Mary is smart for/to me.
'A Maria é esperta para mim.'

Para Bylinina (2016), os adjetivos que se comportam como *interesting* podem ser combinados com o PP-juiz porque eles atribuem o papel de experienciador ao juiz da sentença, e o indivíduo explicitado pelo PP é justamente esse juiz-experienciador. Eles diferem, então, dos adjetivos como *smart*, que, ainda que seja dependente de perspectiva, não atribui papel de experienciador e, portanto, não gera nenhuma inferência de que o falante deve ter tido experiência direta com o objeto caracterizado (no caso de (21b), experiência direta com a Maria).

Em PB, no entanto, o contraste entre as sentenças em (21) não é tão claro, já que tanto *interessante* quanto *esperta* podem ser combinados com o PP-juiz:

- (22) a. Esse livro é interessante para mim.
b. A Maria é esperta para mim.

O que os exemplos em (22) mostram é que o PP-juiz, em PB, não gera a inferência de que o indivíduo introduzido por esse PP tenha tido experiência direta com o objeto caracterizado pelo predicado subjetivo, e atua somente como o indivíduo cujo ponto de vista é levado em consideração para o julgamento da sentença (i.e., o juiz). Assim, tanto PGPs quanto adjetivos estéticos, morais e epistêmicos, que são predicados dependentes de perspectiva, também podem ser combinados com o PP-juiz, como podemos ver nos exemplos em (23):

- (23) a. Bolo de chocolate é gostoso para mim. (PGP)
b. Esse quadro é bonito para mim (adjetivo estético)
c. Esse professor é antiético para mim. (adjetivo moral)
d. A vitória do Chile é provável para mim. (adjetivo epistêmico)

Dessa forma, esse PP-juiz pode ser combinado com qualquer predicado que seja dependente de perspectiva. Esse é um teste, portanto, que, embora funcione no inglês, não pode ser adaptado para o PB de maneira direta.

Vale notar, no entanto, que um PP como *para mim* pode ser combinado, também, com adjetivos que não são dependentes de perspectiva, como *alta* em (24):

- (24) Essa cadeira é alta para mim.

No caso de (24), no entanto, não interpretamos o PP como um PP-juiz, mas sim como um PP que indica um propósito — em (24), o que o falante pode querer dizer é que a cadeira é mais alta do que ela deveria ser para que ele pudesse se sentar nela, por exemplo. Poderíamos pensar que alguns dos *para mim* apresentados em (22) e (23) podem ser PPs de propósito, e não PPs-juiz, e por isso eles podem se combinar com adjetivos que, teoricamente, não apresentam o requisito de experiência. Para diferenciar esses dois tipos de PP, vamos observar o contraste entre as sentenças em (25a) e (25b):

- (25) a. Eu acho essa cadeira alta para mim.
b. ??Eu acho esse bolo gostoso para mim.

As sentenças em (25) combinam a estrutura [*achar* [DP] [AP]] (tendo *eu* como sujeito) com o PP *para mim*. A sentença em (25a) é melhor que aquela em (25b), que soa redundante, algo que não ocorre com a sentença em (25a). Isso ocorre porque o *para mim* em (25a) não pode ser interpretado como um PP-juiz, já que *alta* não é um adjetivo dependente de perspectiva, enquanto o PP *para mim* em (25b) pode ser interpretado como um PP-juiz, já que está associado a um predicado dependente de perspectiva, e, portanto, pode soar redundante, já que a informação do juiz da sentença já foi dada no sujeito de *achar*. Em suma, a ideia, aqui, é que, se o PP *para mim* atuar como um PP-juiz, a sentença ficará redundante (e, portanto, estranha), já que tanto o sujeito da estrutura [*achar* [DP] [AP]] quanto o indivíduo introduzido pela preposição *para* teriam o papel de juiz na sentença.

Assim como ocorre com a sentença (25b), que apresenta o PGP *gostoso*, as sentenças em (26) (que apresentam, respectivamente, um adjetivo estético, um moral e um epistêmico) também têm leituras redundantes:

- (26) a. ??Eu acho esse quadro bonito para mim.
b. ??Eu acho esse professor antiético para mim.
c. ??Eu acho essa vitória provável para mim.

Argumentamos que essa leitura redundante ocorre nos exemplos em (26) pelo mesmo motivo que ela ocorre no exemplo (25b): há a informação de quem é o juiz em dois lugares distintos da mesma sentença — no sujeito de *achar* e no PP *para mim*. Assim, mesmo que o PP *para mim* possa ser interpretado como algo que não seja um PP-juiz, os dados em (23) mostram que adjetivos dependentes de perspectiva que não são PGPs, no geral, aceitam o *para mim* como um PP-juiz. O teste de Bylinina (2016), portanto, não funciona para o português brasileiro, que parece aceitar o PP-juiz com qualquer adjetivo dependente de perspectiva.

5 *Esse filme parece divertido: inferências relacionadas a adjetivos subjetivos encaixados em verbos de percepção*

Por fim, o exemplo em (7d), *Esse pão parece gostoso para mim*, é uma adaptação de estruturas da língua inglesa analisadas por McNally e Stojanovic (2017, p. 28), exemplificadas abaixo:

- (27) a. The cake looks delicious to me.
'O bolo parece delicioso para mim.'
- b. The article sounds interesting to me.
'O artigo parece interessante para mim.'

Para McNally e Stojanovic (2017), as sentenças em (27) geram a inferência de que os seus falantes têm alguma vontade de ou se sentem motivados a “experimentar” os sujeitos dos verbos de percepção *look* e *sound* (ou seja, comer o bolo e ler o artigo, por exemplo). Ainda segundo as autoras, essa vontade ou motivação se dá por conta das características que eles parecem instanciar (respectivamente, ser delicioso e ser interessante). Essas inferências, por sua vez, são geradas exclusivamente caso os adjetivos encaixados nesses verbos de percepção sejam adjetivos que atribuem papel de experienciador. Para ilustrar esse argumento, as autoras contrastam as sentenças em (27) com aquelas em (28) (McNally; Stojanovic, 2017, p. 23):

- (28) a. The cake looks small to me.
'O bolo parece pequeno para mim.'
- b. The article sounds intelligent to me.
'O artigo parece inteligente para mim.'

Em (28), temos sentenças que, embora tenham a mesma estrutura daquelas em (27), não geram a inferência de que os seus falantes estão inclinados a experimentar os sujeitos dos verbos de percepção (ou seja, não estão inclinados, respectivamente, a comer o bolo ou a ler o artigo). Isso ocorre porque *small* e *intelligent* não são predicados que apresentem o requisito de experiência, diferentemente dos adjetivos *delicious* e *interesting*.

Em PB, esse contraste também existe, como podemos observar nos exemplos em (29) e (30), nos quais usamos como verbo de percepção *parecer*:

- (29) a. (Contexto: olhando para o bolo na mesa de café da tarde)
O bolo parece delicioso para mim.
- b. (Contexto: ouvindo falar de um novo artigo lançado esse ano)
O artigo parece interessante para mim.
- (30) a. (Contexto: olhando para o bolo na mesa de café da tarde)
O bolo parece pequeno para mim.
- b. (Contexto: ouvindo falar de um novo artigo lançado esse ano)
O artigo parece inteligente para mim.

Em (29), com os adjetivos subjetivos *delicioso* e *interessante*, existe a interpretação de que o falante tem vontade de, respectivamente, comer o bolo e a ler o artigo; por outro lado, com os adjetivos *pequeno* e *inteligente*, em (30), não temos essa mesma inferência sendo gerada.

A inferência de que o falante tem interesse em “experimentar” o objeto caracterizado pelo adjetivo também é gerada por adjetivos estéticos, como podemos ver pelo exemplo em (31):

(31) Essa praia parece bonita/linda para mim.

Ou seja, em (31), temos a impressão de que o falante tem vontade de ver a praia que ele elogia. No entanto, no caso de adjetivos morais e epistêmicos, é mais difícil entender qual seria a “experimentação” que o falante tem vontade de fazer em relação ao objeto caracterizado. Isso ocorre porque PGP e adjetivos estéticos são mais facilmente ligados a experimentações sensoriais — *delicioso* caracteriza um objeto com base na sua sensação no paladar, e *bonito* caracteriza um objeto com base na sua sensação na visão, por exemplo. Por outro lado, adjetivos morais e epistêmicos não são associados de forma direta a experimentações sensoriais — o que seria experimentar uma atitude certa, ou uma situação provável?

Para entender se esses adjetivos geram essa inferência gerada em (29) e (31), vamos olhar para os exemplos em (32):

- (32) a. A atitude dele parece certa para mim.
b. A derrota do Chile parece provável para mim.

Em (32), temos exemplos de um adjetivo moral (*certa*) e de um adjetivo epistêmico (*provável*) encaixados no verbo de percepção *parecer*. Embora não haja como essas sentenças gerarem uma inferência que é diretamente relacionada ao tipo de característica denotada pelo adjetivo, como ocorre com os PGP e os adjetivos estéticos, podemos extrapolar o conceito do que seria a vontade de experimentar o objeto caracterizado em cada uma dessas sentenças e termos inferências similares às aquelas de (29) e (31). Assim, em (32a), podemos argumentar que o falante tem a tendência de tomar a mesma atitude (i.e., vontade de experienciar a mesma atitude) que ele caracteriza como certa, caso ele tivesse que tomar alguma atitude diante de uma situação análoga. Já em (32b), podemos argumentar que o falante que profere essa sentença em um contexto de jogos de azar, por exemplo, tem interesse em apostar contra o Chile.

Em suma, embora, para McNally e Stojanovic (2017), a inferência de que o falante tem vontade de experimentar o objeto caracterizado pelo adjetivo encaixado em um verbo de percepção separe os PGP de outros adjetivos dependentes de perspectiva, como os estéticos, em PB, temos que estruturas do tipo ‘x parece y para mim’ (sendo *y* um adjetivo subjetivo) podem gerar inferências de que o falante tem vontade de experienciar *x* de alguma forma, seja *y* um PGP ou um outro adjetivo dependente de perspectiva qualquer. Assim, a presença dessa inferência não parece ser um empecilho para classificar PGP em uma categoria separada do resto dos adjetivos dependentes de perspectiva.

6 Considerações finais

Neste *squib*, apresentamos uma série de evidências baseadas em seu comportamento sintático-semântico de que, no português brasileiro, PGP's tradicionais, como *gostoso* e *divertido*, formam uma mesma classe de adjetivos junto com demais predicados subjetivos, como adjetivos estéticos (*bonito*), morais (*ético*) e epistêmicos (*provável*), na mesma linha que defende Marques (2024) em sua classe de “adjetivos subjetivos”.

Os contra-argumentos para uma tal unificação têm a ver com requisitos de experiência e demais inferências semânticas que supostamente apenas PGP's teriam. No entanto, como nossos exemplos evidenciaram, considerando-se o caso do PB, o comportamento de PGP's e demais predicados subjetivos é semelhante nos mesmos ambientes sintáticos relevantes (sendo o teste com o PP-juiz inconclusivo no PB), e assim é mais interessante considerar que estamos diante de uma mesma classe.

Por fim, podemos retomar as questões que colocamos na introdução: (a) o requisito de experiência existe?; (b) se ele existir, ele é, de fato, uma propriedade exclusiva dos PGP's?; e, por fim, (c) se esse for o caso, isso é suficiente para argumentar contra a postulação da classe dos adjetivos subjetivos? Respondendo a elas, temos que: (a) o requisito de experiência pode até existir, mas ele não desempenha o papel geralmente atribuído a ele para distinguir diferentes tipos de PGP's; (b) logo, defendemos que ele não é uma propriedade exclusiva dos PGP's tradicionalmente considerados, como os de gosto; (c) e, portanto, argumentamos a favor de uma única classe ampla de PGP's. Trata-se de uma contribuição relevante e original para um tema ainda pouco explorado nas pesquisas semânticas sobre o PB.

Referências

BYLININA, L. *The grammar of standards: Judge-dependence, purpose-relativity, and comparison classes in degree constructions*. Utrecht: Lot, 2014.

BYLININA, L. Judge-dependence in degree constructions. *Journal of Semantics*, v. 34, n. 2, p. 291-331, 2016.

GUNLOGSON, C.; CARLSON, G. Predicates of experience. In: MEIER, C.; VAN WIJNBERGEN-HUITINK, J. (org.). *Subjective meaning: Alternatives to relativism*. Berlim/Boston: De Gruyter Mouton, 2016, p. 169-200.

LASERSOHN, P. Context-dependence, disagreement, and predicates of personal taste. *Linguistics and Philosophy*, n. 28, p. 643-686, 2005.

MARQUES, M. N. *Essa dissertação é divertida: Predicados de gosto pessoal e seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras, Universidade Federal de São Carlos, 2018.

MARQUES, M. N. *Gradualidade e dependência de perspectiva nos adjetivos do português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2024.

McNALLY, L.; STOJANOVIC, I. Aesthetic adjectives. In: YOUNG, J. (org.). *The semantics of aesthetic judgment*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 17-37.

NINAN, D. Taste predicates and the acquaintance inference. *Proceedings of SALT 24*, p. 290-309, 2014.

PEARSON, H. A judge-free semantics for predicates of personal taste. *Journal of Semantics*, n. 30, p. 103-154, 2013.

SILVAGNI, F. When *estar* is not there: a cross-linguistic analysis of individual/stage-level copular sentences in Romance. *Open Linguistics*, v. 8, n. 1, p. 108-132, 2022.

STOJANOVIC, I. Disagreements about taste vs. disagreements about moral issues. *American Philosophical Quarterly*, n. 56, v. 1, p. 29-42, 2019.

AUTORIA

Marina Nishimoto Marques (UFSCar)

Conceitualização; Análise Formal; Escrita — Esboço Original

Renato Miguel Basso (UFSCar)

Análise Formal; Escrita — Revisão e Edição

Conforme papéis CRediT especificados em:

<https://contributorshipcollaboration.github.io/projects/translation/translations/pt/>

DADOS DA PUBLICAÇÃO

Seção: *Squib* convidado

Recebido em: 28/4/2025

Aceito em: 3/5/2025

Publicado em: 25/6/2025

COMO CITAR

MARQUES, Marina Nishimoto; BASSO, Renato Miguel. Predicados de gosto pessoal e requisito de experiência: argumentos a favor de uma unificação. **Caderno de Squibs:**

Temas em estudos formais da linguagem, v. 10, n. 1, p. 21-32, 2024.

SOBRE A REVISTA

Submissões: <https://periodicos.unb.br/index.php/cs>

Open Access

Sob licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License*

